



O Mundo do Trabalho e as Mudanças Internacionais

Benício Schmidt*

A crise internacional, desde 2008, apenas agora começa a mostrar seus efeitos mais graves, devastadores e possivelmente – de modo contraditório- inovadores.

Os derivativos criaram, de fato, moeda nova, sem respaldo na economia real; como em outros momentos do capitalismo, a partir do século vinte Nenhuma novidade. O poder imperial e soberano dos Estados Unidos e da União Europeia, expandindo a oferta de moedas e regulando as contrações, por meio da taxa de juros dos Bancos Centrais, se exercitou plenamente e consegue amenizar a crise sistêmica.

Dada a natureza das relações entre instituições nacionais, a própria taxa de juros estabelecida por cada Banco Central, tem significados diferentes em cada país. No Brasil, a alta taxa contamina toda a economia e paralisa qualquer iniciativa empresarial de expansão dos negócios. Nos Estados Unidos, os bancos privados, dadas suas relações com o Federal Reserve, lutam pelo estabelecimento por taxas próximas de zero, como tem sido o caso desde 2009. Isto porque, tomando dinheiro a baixo custo, repassam a seus clientes “por taxas de um mercado competitivo, mas oligopólico”. As margens dos bancos são enormes, emprestando ao capital privado. No Brasil, os bancos privados tomam os títulos da dívida governamental e entesouram os mesmos similares lucros extraordinários.

Diferença ? Nos estados Unidos há retomada da economia. No Brasil há entesouramento dos bancos sobre os títulos da crescente dívida interna. Infernal ciclo de financeirização da economia parasitária, mas lucrativa.

De outro lado, como no caso brasileiro, a crescente taxa de inflação acaba por diminuir, de fato, o valor da dívida pública, favorecendo o Estado-Governo frente a seus credores, atingidos pela desvalorização crescente da moeda. Portanto, como é consenso entre economistas de esquerda e conservadores, a



inflação passa a ser uma política pública, deliberada. Quem paga e quem assume o prejuízo? Os cidadãos em geral, os consumidores de bens e serviços, em especial.

No âmbito destes impasses brasileiros, de modo especial, estão ocorrendo mudanças produtivas, organizacionais e tecnológicas em todo o mundo, que anunciam um novo cenário, daqui por diante.

Acordos amplos de comércio e investimentos deixam de ser bilaterais, passando a plurilaterais, como o Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), onde além da intensificação da troca de bens estão em jogo regras e padrões em variadas áreas como serviços, e-commerce, propriedade intelectual, tecnologias digitais, meio ambiente, normas trabalhistas, empresas estatais e compras governamentais.

Perde importância relativa a presença de bens agrícolas e industriais na agenda comercial. Haverá aumento do comércio de serviços e maior importância à propriedade intelectual. Isto não significa que não haja uma enorme possibilidade, e horizonte, para a produção de bens básicos (de higiene à produção de equipamentos domésticos, ainda sofrendo muita carência nos países de baixa e média renda).

Por isso, os trabalhadores organizados têm de estar presentes nas formulações de políticas que garantam emprego, renda e constante capacitação tecnológica.

Há, seguramente, dois níveis de intervenção possíveis aos trabalhadores brasileiros:

1)- apoiar o esforço para o Brasil exportar mais e abrir sua economia e efetivamente participar do debate sobre o estabelecimento de prioridades, que são difusas e variáveis de acordo às oscilações e necessidades do mercado consumidor mundial;



2)- pressionar as instituições educacionais para que os trabalhadores tenham permanente acesso às novas tecnologias e acesso à sua capacitação como operadores destas inovações.

Uma outra possibilidade está ligada às formas mais autônomas de organização da produção, por meio de cooperativas. Mas, isto requer um confronto e um debate mais profundo.

***colaborador do IAEUGT**